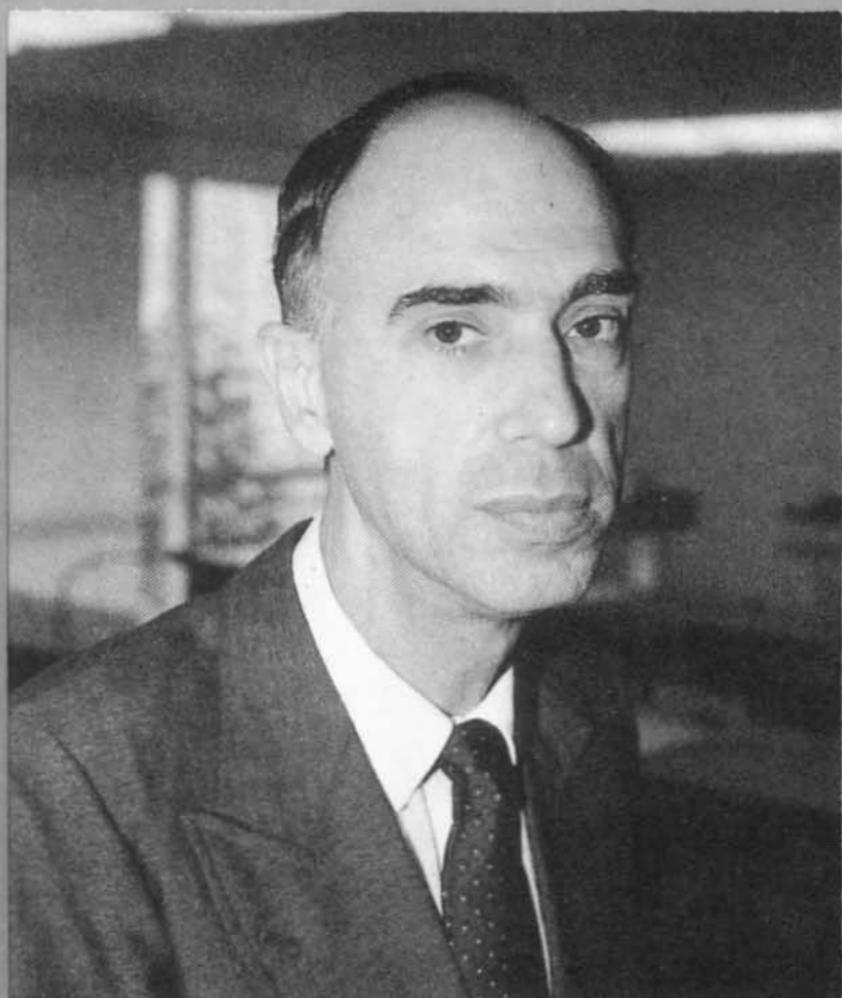


CIÊNCIA, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO



MARCO MACIEL

1994

Ciência e Política no Brasil

"Temos que autonomizar o desenvolvimento científico, emancipando-o das ingerências descaracterizadoras do Estado."

A última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada no Recife, levou-me a refletir sobre as razões da inexistência de uma permanente interação entre ciência e política. Essa ausência se traduz no fato de que a política diminuiu sua expressão nas reuniões anuais da SBPC e, por outro lado, na circunstância de que o desenvolvimento científico se transformou numa pauta quase esquecida da vida política brasileira.

As razões disso são tão óbvias que seguramente nos dispensariam de fazer uma reflexão sobre o tema, malgrado sua relevância. Vale a pena analisar em que medida essa falta de interação tem deixado de produzir resultados em ambas as direções.

Considero que as nossas instituições políticas não possuem, salvo casos específicos, a noção do caráter de interdependência entre crescimento global do País e desenvolvimento científico. Parece-me, a não ser em caráter excepcional, não ter o estamento político a adequada informação sobre a indissociável correlação entre desenvolvimento científico e crescimento global.

A pauta política brasileira, no que se refere a ciência e tecnologia, cinge-se, geralmente, à discussão de questões como Planos Básicos do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, às efêmeras e também eventuais decisões sobre a conveniência de ter ou não Ministério da Ciência e Tecnologia ou onde colocar, na

estrutura do Poder Executivo, órgão que se dedique à fixação de diretrizes para o setor. É uma pauta, a meu ver, muito pobre para a magnitude dos desafios nessa área.

A propósito, cabe perguntar em que medida o desenvolvimento científico do Brasil é o resultado de uma diretriz política deliberada.

Estou convencido de que falta ao Brasil um projeto que possa fazer assentar o desenvolvimento nacional em nossas possibilidades efetivas de progresso nas áreas da ciência e tecnologia. Daí considerar nefasta a falta de uma interação entre ciência e política.

Entendo, por isso, ser antes preciso criar um fórum permanente de articulação com o Congresso Nacional, não apenas para informá-lo da matéria, mas sobretudo para assessorá-lo, de forma contínua e não ocasional, na necessidade de se formular um projeto viável de desenvolvimento científico que esteja a salvo das oscilações e descontinuidades do processo político. Aliás, não podemos ficar esperando que o Estado seja o único responsável por um projeto permanente de ciência e tecnologia. Temos que inverter esse processo e fazer com que o Congresso Nacional e o Poder Executivo aceitem um programa definido de desenvolvimento, que tenha por base a transformação a partir das conquistas de pesquisa científica e dos resultados que de sua aplicação se pode obter. Será imprescindível que um projeto dessa natureza conte com o apoio e a adesão dos partidos políticos, para que a rotatividade do poder não o desfigure. É preciso que a sociedade brasileira o adote, consciente de que de sua materialização vai depender, em grande parte, o futuro do País.

Se pudesse exprimir essa mesma idéia em outras palavras, diria que temos que autonomizar o desenvolvimento científico, emancipando-o, das ingerências descaracterizadoras do Estado. Não se trata, portanto, de substituí-lo, pois isso seria a negação de política, mas de suprir suas carências em matéria de capacidade de plane-

jamento do nosso próprio destino. É o que me permito chamar legitimação pela base.

Não sei em que medida pode uma nação deixar entregue apenas a seus governos a defesa dos interesses nacionais, sobretudo quando esses governos têm a precariedade demonstrada historicamente entre nós; é, pois, um risco para o futuro do País esperar do estamento do poder a tutela da nossa vida social.

Poder-se-ia argumentar que não se deve esperar apoio à pesquisa, suporte estável para as instituições científicas e seu desenvolvimento progressivo, num quadro geral de deteriorização econômica de condições sociais e instabilidade institucional. Mas é rigorosamente certo que não podemos esperar que o País atinja a plenitude de suas possibilidades, para só então realizar um projeto eficaz para o setor com base no conhecimento científico que sejamos capazes de produzir. Para comprovar o que afirmo, basta fazer um balanço das oportunidades perdidas na última década pela repercussão na área científica de agravamento de nossas condições econômicas.

Quando falo em mecanismos de interação permanente entre a ciência, representada pela comunidade científica, e a política, esta representada pelos poderes do Estado e pelos partidos, tenho em vista um projeto conseqüente de País com o qual temos responsabilidades morais, sociais e políticas comuns.

No século passado, afirmou José Bonifácio que a "sã política é filha da moral e da razão". Hoje, a "sã política", como a definia José Bonifácio, é também – e acima de tudo – filha do conhecimento e da informação, requisitos sem os quais corremos o risco de nos tornarmos um País alienado, marginal e superado, num mundo cada vez mais antagônico e competitivo.

Marco Maciel é advogado, formado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

Presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, tem ministrado aulas em diversas escolas de ensino superior do País. Fez curso de extensão sobre instituições americanas em Harvard.

Secretário de Estado de Pernambuco, Deputado Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa.

Deputado Federal em dois mandatos. Presidiu a Câmara dos Deputados.

Governador do Estado de Pernambuco.

Senador em dois mandatos. Ministro de Estado da Educação e do Gabinete Civil da Presidência da República.

É Líder do Partido da Frente Liberal no Senado Federal.